Texto para Discussão

2331

Rio de Janeiro, setembro de 2017

ipea
SUMÁRIO EXECUTIVO

BOLSA FAMÍLIA, AUTONOMIA FEMININA E EQUIDADE DE GÊNERO: O QUE INDICAM AS PESQUISAS NACIONAIS?

Letícia Bartholo
Especialista em políticas públicas e gestão governamental na Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea. *E-mail:* <leticia.bartholo@ipea.gov.br>.

Luana Passos
Pesquisadora visitante no Ipea. *E-mail*: <luana.passos@ipea.gov.br>.

Natália Fontoura
Especialista em políticas públicas e gestão governamental na Disoc/Ipea. *E-mail*: <natalia.fontoura@ipea.gov.br>.

O Programa Bolsa Família (PBF) responde hoje, no Brasil, pelo atendimento de aproximadamente 13,8 milhões de famílias, correspondentes aos 25% mais pobres da população (dados de julho de 2016).[1] Entre seus objetivos básicos estão: *i)* o combate à fome e à pobreza; *ii)* o reforço do acesso à rede de serviços públicos, principalmente de educação, saúde e assistência social; *iii)* a promoção da intersetorialidade e da sinergia das políticas públicas; e *iv)* o estímulo à emancipação sustentada das famílias (Decreto nº 5.209/2004, art. 4º).

Conforme a Lei nº 10.836/2004, o titular do Bolsa Família, isto é, a pessoa responsável pelo saque do benefício, deve ter 16 anos ou mais e ser preferencialmente do sexo feminino. Embora não esteja entre os objetivos diretos do programa trabalhar para a equidade de gênero, é expressivo o interesse sobre quais seriam os resultados da titularidade feminina do benefício nessa dimensão analítica – afinal, as relações de gênero são um tema transversal nas políticas públicas e programas sociais e, mesmo não tendo esse objetivo, podem ou não contribuir no sentido de sua equidade. De um lado, uma vertente da crítica feminista aponta o uso instrumental da mulher pelo Estado como forma de ampliar a eficácia da política pública e o reforço da naturalização do papel feminino de cuidado. De outro, argumenta-se que o acesso à renda pela titular pode ampliar seu poder de decisão e gerar mais autonomia, na medida em que permite à mulher participar da provisão financeira do lar, tarefa tradicionalmente masculina.

Nesse cenário controverso sobre a atuação do PBF nas relações de gênero, este *Texto para Discussão* objetiva avançar na reflexão sobre o papel do programa para a autonomia individual das mulheres e a promoção da equidade de gênero, tendo como pontos de partida o debate sobre a crítica feminista aos programas de transferência de renda condicionada e a sistematização dos achados das pesquisas brasileiras feitas sobre o tema.

Esta análise abrange artigos de revistas científicas, livros e teses de doutorado sobre o tema, publicados entre 2008 e setembro de 2016. Aborda pesquisas quantitativas – as de representatividade nacional e localizada (no último caso, uma só) – e qualitativas, conjunto composto majoritariamente por estudos etnográficos, mas no qual se fazem presentes três análises baseadas em entrevistas e grupos focais. Prioritariamente, enfoca pesquisas que trabalham com fontes de dados primárias e versam sobre os efeitos do PBF na vida das mulheres, buscando identificar os consensos e dissensos, no sentido de examinar se, e por quais caminhos, o programa contribui para ganhos de autonomia feminina e mudanças nas relações de gênero.

A partir dessa análise, este *Texto para Discussão* conclui que, se a racionalidade do desenho do PBF reforça a naturalização da atividade de cuidado como tarefa feminina, o programa tem ao mesmo tempo ocasionado um desbalanceamento no papel de provisão tradicionalmente masculino e provocado mudanças nas trajetórias dessas mulheres: na percepção que têm de si, no questionamento da sujeição a relações

1. Secretaria Nacional de Renda de Cidadania do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (Senarc/MDSA). Dados disponíveis em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIv3/geral/index.php?file=entrada&relatorio=153>.

conjugais indesejadas, na ampliação de sua liberdade de fazer escolhas e da capacidade de participar no mundo público.

SUMÁRIO EXECUTIVO